

AC. EM CÂMARA

(02) RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CMVC E SMSBVC:- Relativamente ao assunto indicado em título o Presidente da Câmara apresentou a proposta que seguidamente se transcreve:- "**PROPOSTA - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DE 2009** - O Relatório de Actividades e Prestação de Contas de Gerência que se submete à aprovação da Câmara e Assembleia Municipais refere-se ao último ano do ciclo autárquico 2006/2009, culminando um conjunto de objectivos e projectos definidos pelo Executivo Municipal de Viana do Castelo para o mandato que terminou. O enquadramento desfavorável financeiro já iniciado em finais de 2008 e a crise económica do país sentida em 2009 não deixaram de ter efeitos na execução orçamental municipal no final do ciclo autárquico, que com uma baixa de receita nos impostos locais fruto da conjuntura nacional, influenciaram o resultado final da conta de gerência. O Município de Viana do Castelo conseguiu, apesar deste enquadramento económico e financeiro desfavorável, angariar um grande número de participações de fundos comunitários para as obras realizadas, que ajudaram à concretização de uma boa taxa de execução orçamental e ao maior valor de arrecadação de receita municipal dos últimos anos. O mandato de 2006/2009 fica assim assinalado como um mandato em que o Município de Viana do Castelo conseguiu conciliar a capacidade de projecto e de planeamento, com a capacidade financeira da concretização das obras planeadas, nos diversos domínios da acção municipal. Face à boa gestão da "carteira" de projectos municipais e de candidaturas, o desempenho do Município de Viana do Castelo no ano de 2009, pode contar com um significativo número de obras concluídas, nas áreas da Educação e Cultura, na Promoção do Desporto e Estilos de Vida Saudável, na Saúde e Acção Social, na Qualificação Urbanística e Meio Ambiente, no Desenvolvimento das Freguesias, na Dinamização Económica e Turística, na Modernização e Reorganização Administrativa, na Inovação e Protecção Civil. A execução orçamental (69%) verificada em 2009 obteve o maior valor executado do orçamento do mandato com 56,242 milhões de euros, tendo o Investimento Global do Município sido de 23,003 milhões de euros. Verificou-se também em 2009 a subida da Poupança Corrente de 7,6 para 7,9%, o que representa uma diferença entre a receita corrente e a despesa corrente ainda disponível para investimento. (a) Jose Maria Costa.". Concluída a apresentação, registaram-se as intervenções dos Vereadores Carvalho Martins e Aristides Sousa, que teceram várias considerações a respeito dos documentos apresentados e fizeram uma recensão crítica dos vários capítulos do Plano de Actividades. Seguidamente o Vereador Vitor Lemos, na sua qualidade de Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, fez por sua vez a apresentação

das Contas e Relatório destes Serviços. Finda a discussão, o Presidente da Câmara Municipal submeteu a votação, os documentos de Prestação de Contas da Câmara e dos Serviços Municipalizados, tendo-se registado o seguinte resultado:- 4 votos a favor, do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vitor Lemos, Luís Nobre e Maria José Guerreiro, 3 abstenções dos Vereadores Carvalho Martins, Ana Palhares e António Amaral e o voto contra do Vereador Aristides Sousa, pelo que foram os mesmos aprovados por maioria. Mais foi deliberado submeter os referidos documentos a apreciação da Assembleia Municipal e mandar remetê-los ao Tribunal de Contas, tudo de acordo com o disposto, nomeadamente, no Regime Jurídico instituído pelo Decreto Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), conjugado com o artigo 64º, número 2, alínea e), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e no número 1 do artigo 47º da Lei n.º 2/07, de 15 de Janeiro. Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na acta, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de actas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Vítor Lemos, Luis Nobre, Maria José Guerreiro, Carvalho Martins, Ana Palhares, Antonio Amaral e Aristides Sousa. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:-

DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS/PP - A

execução orçamental de 2009 mostra claramente que os orçamentos que o executivo socialista da Câmara realiza, como o CDS-PP vem sucessivamente denunciando, são pouco rigorosos, não integram reflexão profunda sobre as prioridades municipais, valorizam a obra de fachada e esquecem as pessoas e a realidade económico-social das famílias, tem como fim último a colheita de dividendos políticos e não uma estratégia de sustentabilidade e de consolidação das finanças nem uma estratégia consistente de continuada para Viana do Castelo. Este tipo de gestão e de governação não é consequente, não serve o interesse colectivo nem a afirmação sustentada do município. É o próprio actual Presidente quem vem já avisar os Vianenses da factura, em declarações há dias, após eleição para o seu último mandata à frente do PS de Viana do Castelo, quando diz «Será um mandato de muita responsabilidade. Porque o PS vai ter de mostrar muita responsabilidade política para tomar medidas difíceis». Viana do Castelo precisa de outra política de gestão autárquica assente na contenção da despesa, no crescimento do investimento criterioso nas áreas sociais, na formação, em equipamentos e infra-estruturas básicas e de turismo, na melhoria da qualidade de vida das famílias e dos Vianenses, sem descorar a consolidação das contas municipais. Ao referir que o enquadramento financeiro desfavorável e a crise económica tiveram reflexos na execução

orçamental, o PS no executivo de Viana do Castelo faz a confissão que todos sabemos andar a negar: o PS é incapaz de gerir em tempos de vacas magras, mesmo com a cobrança de impostos no máximo. A situação financeira da Câmara é preocupante e altamente deficitária, fortemente dependente de taxas e impostos no máximo, das transferências da administração central e dos fundos comunitários. O Relatório do Plano e das Contas de 2009, e do ciclo 2005-2009, salda-se por um conjunto de problemas e pelo agravamento da situação financeira municipal: → Pavilhão Multiusos que é um coliseu de problemas sem financiamento, e que comprometeu a acção cultural no concelho; → O parque de estacionamento do Campo da Agonia fechado, a meter água e encher a VianaPolis de encargos e dívidas que terá de assumir; → A área urbana do Parque da Cidade sem compradores interessados, a aumentar a dívida à VianaPolis, onde a Câmara tem 40% de comparticipação, ao ponto de ter já injectado 6 ME através de empréstimo que contraiu; → O Estádio Manuela Machado, uma promessa de recuperação e de dinamização que se cifrou somente no gasto de 15.688 euros, para tudo continuar na mesma; → A Praça da Abelheira, obra no valor de 753 mil euros, investimento excessivo face ao benefício que trará para as pessoas, em litigância com a CIM Minho-Lima por causa do financiamento; → A sempre adiada resolução do problema do Prédio Coutinho, sem solução à vista, a fazer despesa mensal que ultrapassa o 100 mil euros, à espera duma demolição que caiu por terra, para instalar o Mercado que incauta e teimosamente destruiu, matando o comércio local; → A promessa de recuperação das praias fluviais nas freguesias ficou-se pela intenção e o que resta é o assistir à destruição das margens onde o leito do rio se implanta; → O Plano de Pormenor de Darque, sem anos para a execução, foi um instrumento de campanha; → A ciclovia de Santa Luzia logrou-se no tempo; → A revitalização do Centro Histórico continua só promessa; → Os lugares de estacionamento só têm previsão de aumento no preço; → Freguesias que beneficiaram do esforço de transferência de verbas da Câmara e outras que fizeram um grande esforço para aguentar silenciosas ao crescimento das desigualdades e da parcialidade; → Um novo organograma da Câmara cujo resultado para os municípios é o crescimento insustentável da despesa com pessoal, que entre 2005 e 2010 se cifrará num crescimento de 7 ME, sendo que o que resulta de novas competências na área da educação não ultrapassa os 900 mil euros; → A reorganização e modernização dos serviços da Câmara não têm resultados práticos nem melhorou a qualidade de atendimento dos utentes: os processos continuam a ser uma saga que leva ao desespero os promotores; os custos com taxas e licenças são exorbitantes, e o resultado está à vista - há um desinvestimento em Viana do Castelo, desceram as receitas do IMI, da Derrama e das Taxas e Licenças, a dívida cresceu; → A despesa total (6,5 ME) cresceu mais que a receita (3,4 ME); o estado das finanças vianenses que o executivo socialista executou é um erro político e uma gestão desastrosa: os resultados

líquidos continuam em queda, a receita desceu, aumentou a despesa, quando a boa gestão manda que se faça o contrário. Pior é saber que a receita em impostos está no máximo e não há mais por onde crescer, esquecendo as pessoas, surripiando tanto quanto o Governo da nação os magros rendimentos das famílias já em dificuldades. → A taxa de execução orçamental é a mais baixa do ciclo 2005-2009; → A autonomia financeira desceu 70% e a liquidez 50% no ciclo de governação socialista que terminou em 2009. O passivo no ciclo que terminou subiu 18 ME, e 9 ME só em 2009, ultrapassando os 40 ME. Os empréstimos a médio e longo prazos aumentaram 3, 5 ME. → A dívida a terceiros (fornecedores e prestadores e serviços) é de 9,3 ME; → O investimento global recuou, quando era este que deveria crescer no lugar da despesa corrente; A análise das contas mostra que a Câmara Municipal de Viana do Castelo é como um acidentado à entrada dos cuidados intensivos: tem uma vida financeira artificial, o oxigénio a acabar-se, o responsável pelo sinistro fugiu, os vizinhos são quem o acarinha e o recebe, perdeu animosidade, não se sabe quanto tempo aguenta assim e a saída deste estado deixará fortes sequelas. A Câmara está cada vez mais dependente e a capacidade de negociação diminuiu, estando menos forte por força da dívida. Assim, o CDS-PP vota contra o presente relatório de actividades e conta de gerência, que evidencia falhas indiciadoras de pouco rigor e continua sem apresentar o balanço social, ao contrário do relatório dos SMSBVC, onde, a propósito deste, se lê "O Balanço Social constitui um importante instrumento de apoio à gestão de recursos humanos de qualquer organização na medida em que permite caracterizá-la socialmente, identificar os seus pontos fortes e os seus pontos fracos e corrigir as estratégias adoptadas, tendo presente a sua missão e visão.". Relativamente ao Relatório de Actividades e Gestão 2009 dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo, O CDS-PP regista a forma bem estruturada da informação contida no documento, que se apresenta clara e completa. Da análise da gestão, considero os resultados positivos, dado que da receita corrente houve disponibilidade para afectar 747.484,93 euros a investimento de capital, o que é um indicador saudável. A evolução dos resultados líquidos e a dívida a terceiros, que vem diminuindo e está cifrada em 929.819,75 euros, no último triénio, são também relevantes. Contudo, registo a preocupação pelo desempenho da dívida de terceiros, que vem crescendo ao longo dos três anos, facto que evidencia bem a crise que atravessam as empresas, sobretudo o comércio, e as famílias. Este facto deve ser tido em consideração, como já propus em reunião de Câmara, em sede de alargamento da base de incidência da tarifa social e na redução das tarifas, pela desindexação da tarifa dos RSU.s ao consumo de água, promovendo um sistema tarifário mais justo e consentâneo com o custo a pagar pela produção de resíduos, tendo em conta o tipo e a quantidade, não expressa necessariamente no consumo de água. O significativo crescimento do valor pago pelos serviços de águas residuais à empresa de Águas do Minho e

Lima deve conduzir a uma reavaliação deste serviço e da gestão do mesmo, já que urge caminhar no sentido de gestão de escala superior, multi e intermunicipal, favorecendo a redução dos custos e a plena integração dos trabalhadores dos SMSBVC. A mesma proposta deve ser seguida no que toca ao tratamento do lixo e à Resulima. A redução dos custos operacionais é possível com os ganhos de uma gestão em escala superior, concertada em comunidade de interesses afins com o mesmo objectivo. Além da qualidade da água e do ambiente, da sustentabilidade dos recursos e do sistema, é imperioso ter sempre como objectivo a diminuição dos custos de um bem que deveria ser um direito universal do Homem: acesso tendencialmente gracioso a água potável. No respeitante às actividades, reforço a ideia da necessidade de se avançar com a rede de drenagem das águas residuais e o respectivo tratamento, ligando toda a rede a estações de tratamento, pois há situações no município em que os municípios pagam a tarifa de saneamento sem que de facto aqueles usufruam da mesma, constituindo este um acto abusivo dos serviços ao cobrar tal taxa, sem que os clientes (municípios) saibam da situação real. Os SMSBVC devem ainda inventariar os pontos onde a pressão da rede é tão fraca que não chega a dar caudal em condições mínimas ao 1º andar dos edifícios, encarecendo o custo da água ao cliente final com a bombagem individual que este suporta. Sugiro ainda que, para aumentar o recurso aos serviços electrónicos, se reforce a divulgação dos serviços online disponíveis, nomeadamente com reiteradas newsletters aos municípios; o reforço da rede de pilhómetros para recolha selectiva; maior atenção, e frequência, à recolha de resíduos nas praias e zonas de acesso durante o período não estival; e o reforço de higiene e limpeza urbana em todas as áreas urbanizadas das freguesias que compõem a área urbana, em equidade, sem preterir algum, com qualidade e regularidade. (a) Aristides Sousa. DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD - O PSD abstém-se no Relatório e Contas de 2009 da Câmara Municipal de Viana do Castelo. O Relatório e Contas reflecte as opções políticas e a sua materialização em números. O PSD discorda de muitas das opções, afirmando ao longo de 4 anos as suas diferenças quanto à estratégia. O caso da CIM é paradigmático. A redução do peso da despesa corrente na despesa total, a redução dos impostos e taxas, como p.exº., o IRS, o IMI e a derrama como factores importantes de discriminação positiva para atrair pessoas e empresas. Menos receita para o Município, mais rendimento disponível para os Vianenses. Bem como o desenvolvimento homogéneo das 40 freguesias, uma dinâmica empresarial diferente, uma maior atractividade do Centro Histórico com políticas activas para atrair gente para viver no centro, enfim medidas diferentes, políticas diferentes. Por isso este não seria o nosso Relatório. Os números que reflectem as opções também apresentam, alguns sinais preocupantes e que merecem reflexão como o aumento brutal do passivo a médio longo prazo em 4 anos, + 60%, o crescimento da despesa corrente na despesa total, o crescimento do

passivo a curto prazo, a execução orçamental do lado da despesa de capital, o peso com as despesas de pessoal, enfim números que merecem análise e que obrigam a uma gestão rigorosa da despesa e uma opção no investimento tendo em conta o custo/benefício/endividamento. Este é o ano zero. Não fazemos comparações, mas exige-se uma mudança na gestão. Temos a certeza da necessidade de reduzir a dívida, diminuir os impostos, de reduzir a despesa. O Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo, é um relatório interessante com informação comparativa que facilita sempre a análise. Merece-nos um comentário por isso muito positivo na forma como é apresentado. A análise comparativa de fácil leitura mostra melhorias evidentes nos últimos 4 anos. A prova disso e o resultado líquido do exercício que é positivo pela 1ª vez. No entanto gostaríamos muito que para além de muitos objectivos definidos e conseguidos, houvesse uma preocupação para os próximos 4 anos, "as taxas de água e saneamento a pagar pelos clientes, o seu crescimento fosse sempre inferior à inflação acompanhada de uma melhoria permanente do serviço prestado". (a) Carvalho Martins; (a) Ana Palhares; (a) Antonio Amaral.". DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS:- A melhor expressão de voto foi o julgamento dos vianenses no último acto eleitoral, que validaram a continuidade do governo local com uma expressiva votação. (a) Jose Maria Costa; (a) Vítor Lemos; (a) Luis Nobre; (a) Maria Jose Guerreiro."

12 de Abril de 2010